



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 640213 - RJ (2021/0013921-7)

**RELATOR** : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**  
**IMPETRANTE** : MARIA BEATRIZ GUGLIELMI VIVEIROS CATRAMBY E OUTRO  
**ADVOGADO** : ANDRÉ FURTADO LEAL - RJ103129  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**PACIENTE** : AUGUSTO RODRIGUES DA SILVA (PRESO)  
**CORRÉU** : FERNANDA DIAS DOS SANTOS  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de AUGUSTO RODRIGUES DA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (HC n. 0077204-23.2020.8.19.0000).

O paciente foi preso em flagrante, em 27/07/2020, sendo a custódia convertida em preventiva e oferecida a denúncia, em razão da suposta prática dos crimes previstos nos arts. 33, *caput*, e 35, ambos da Lei n. 11.343/06, na forma do art. 69 do Código Penal.

O impetrante sustenta que a prisão preventiva deve ser revogada, haja vista o excesso de prazo no oferecimento da denúncia.

Alega que o paciente é tecnicamente primário, possui residência fixa no distrito de culpa e não lhe foi imputado crime cometido com violência ou ameaça à pessoa.

Invoca o princípio da presunção de inocência e argumenta que não estariam presentes os requisitos necessários à custódia cautelar, nos termos do artigo 312 do Código de Processo Penal.

Requer, liminarmente, a expedição de alvará de soltura. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja deferido em definitivo o direito de aguardar em liberdade o desfecho do processo, até seu trânsito em julgado.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

A decisão de primeiro grau, ratificada pelo aresto impetrado, deixou assente a necessidade da prisão preventiva, destacando o seguinte (e-STJ fls. 28/29):

*A alta quantidade e a natureza altamente lesiva das drogas, sua forma de acondicionamento, inclusive com preços, bem como as circunstâncias do flagrante, revelam a gravidade concreta do delito e configuram indícios de que o acusado integre associação criminosa e faça do tráfico de drogas seu meio de vida. Portanto, resta caracterizado o risco*

*concreto de reiteração delitiva e a necessidade da prisão cautelar como garantia da ordem pública. Ademais, pela análise de sua FAC, observa-se que o acusado Augusto responde a ação penal em curso pela prática de crime da mesma natureza, e também por crime de porte ilegal de arma de fogo, o que reforça o risco concreto de reiteração delitiva e a necessidade da prisão cautelar como garantia da ordem pública.*

Ressalte-se que “é firme a jurisprudência desta Corte no sentido de que ‘a preservação da ordem pública justifica a imposição da prisão preventiva quando o agente ostentar maus antecedentes, reincidência, atos infracionais pretéritos, inquéritos ou mesmo ações penais em curso, porquanto tais circunstâncias denotam sua contumácia delitiva e, por via de consequência, sua periculosidade’ (RHC 107.238/GO, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, DJe 12/3/2019)” (AgRg no RHC n. 131.260/MG, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 22/10/2020).

Nesse contexto, afasta-se a plausibilidade jurídica da medida de urgência e reforça-se a impossibilidade de sua concessão no caso em tela.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência